

'Vamos arrumar a casa no primeiro ano de governo'**ENTREVISTA****Fernando Haddad / FUTURO MINISTRO DA FAZENDA**

Às vésperas de assumir o comando da economia do país, ele promete um plano de corte de gastos para o início do ano, começando por um pente-fino 'no gasto ilegítimo e nas desonerações açodadas'

MIRIAM LETZIO
miriam.letzio@globo.com.br

A três dias de assumir o comando da economia brasileira, o ministro Fernando Haddad garante que o déficit público de 2023 não será o que está no Orçamento e promete um plano robusto de corte de gastos para o início do ano. "O primeiro trimestre é crucial. O governo tem que dizer a que veio, logo". Ele conta que o atual governo mandou retirar 2,5 milhões do cadastro do Bolsa Família, admitindo a concessão indevida de benefícios. Em longa entrevista ao GLOBO, ele diz que teve com o presidente "um diálogo maduro", elogia a senadora Simone Tebet, defende a reindustrialização com tecnologia de ponta e ambientalmente sustentável, e promete diversidade na equipe.

O senhor optou por não prorrogar as desonerações dos combustíveis. O que acontece no dia 1º? Os combustíveis subirão com a volta dos impostos?

Quero situar as decisões que estão sendo tomadas num contexto. Essa eleição custou aos cofres públicos, do ponto de vista do atual governo, alguma coisa como R\$ 300 bilhões. Custou 1,5% do PIB em aumento do dispêndio e 1,5% em renúncia fiscal. O atual governo Bolsonaro fez no último ano de mandato de forma desesperada, atabalhoada, custou 3% do PIB. O Orçamento enviado era fictício. O que nós temos de fazer agora é corrigir o estrago feito no período eleitoral para garantir uma vitória que não veio. Ele fez o que bem quis com as contas públicas, e isso foi tolerado para que não houvesse contestação do resultado. Isso trouxe consequências dramáticas para a economia, mas tirou o discurso dele. Vamos ter que rever tudo isso. Mas vamos fazer de maneira criteriosa. Algumas medidas são parte da nossa agenda, como o aumento do Bolsa Família, mas vamos sentar com o mapa das decisões para rever. Lula é o mentor do Bolsa Família, mas ele não concorda com fraude. O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social) tem dito que transparência e eficiência são o suporte que o programa tem. Agora temos que relegitimar o programa. O próprio governo nos remeteu o ofício para retirar 2,5 milhões do cadastro. Eles admitem que colocaram no programa quem não era elegível. Faremos um pente-fino no gasto ilegítimo e nas desonerações açodadas. Vamos tratar das contas públicas no ano que vem. Temos quatro anos, e o primeiro é para arrumar a casa.

No caso dos combustíveis, não pode haver um salto de preços? Fizeram algum plano de reoneração?

Desde que a desoneração foi decidida, no calor do processo eleitoral, o preço do petróleo caiu mais de 20%. Vamos definir se a Petrobras vai seguir a queda de preço internacional. Nami-

'O ORÇAMENTO APROVADO EXPÕE UM DÉFICIT DE R\$ 220 BI. ISSO NÃO VAI ACONTECER'



Haddad. "Se a gente anunciar um plano robusto de arrumar a casa, haverá um impacto muito forte sobre as expectativas. Isso vai se refletir nos juros e no câmbio"

nhá opinião, se a gente anunciar um plano robusto de arrumar a casa, desarrumada neste ano, haverá um impacto muito forte sobre as expectativas. Isso vai se refletir nos juros e no câmbio. E aí se poderá tomar uma decisão mais sôbria, a partir de 1º de janeiro.

Esse plano robusto será de atacar aos gastos. Pode adiantar alguns pontos? Será isso: revisão de renúncias fiscais e de benefícios eleitorais?

É muita coisa. Chegou para

nós de pessoas da máquina que foram retirados todos os filtros para a concessão de benefícios no INSS. Houve desleixo. Precisamos ver o tamanho do desleixo. O fim do orçamento secreto é importante porque você pode dizer para onde está indo o dinheiro. Nada contra o Congresso participar da execução orçamentária, tanto é verdade que fizemos um acordo. O que eu quero dizer para você com todas as letras é: no ano de 2022, o desarranjo em virtude de um certo desespero das

pesquisas, isso tem um preço. Não estou me queixando da tarefa. O presidente Lula foi eleito para isso. Nós vamos arrumar a casa, e a hora de fazer esta arrumação é o primeiro ano. Não vai fazer no quarto ano. Até porque vai se garantir as condições de crescimento que vão acomodar as tensões distributivas que são recorrentes no Brasil.

Como e quando as medidas serão anunciadas?

Vão ser vários anúncios formais, mas o governo tem que

dizer a que veio, logo. Arrumar a casa é o item um. Rever desonerações, benesses que foram dadas eleitoralmente, sem base técnica alguma. Temos que ver os atos desesperados para colocar o Brasil no rumo certo. Isso é uma sinalização à qual os atores vão responder, o Banco Central, os investidores estrangeiros. Tem que ter uma arrumação inicial. O primeiro trimestre é crucial para essa tarefa, porque a partir de abril começa uma agenda estrutural. A questão da regra fiscal, que tem de ser muito sopesada

pela sociedade. Não é regra do governo, é da sociedade. Tem que ser crível, que aponte para um futuro mais promissor, e tem a reforma tributária, que quero colocar na ordem do dia quando as comissões estiverem instaladas.

O que já se pensou sobre a âncora fiscal? Voltar ao superávit primário, ter algum indicador que aponte para o horizonte da dívida?

Quando o Guedes lançou um teto de dívida, eu escrevi um artigo dizendo que isso não funciona. Não existe política fiscal política monetária. Existe política econômica. Ou há uma harmonização ou não terá uma média boa.

Como vai harmonizar com o Banco Central independente?

É a primeira vez que um presidente vai assumir em que o presidente do Banco Central não é da escolha dele. Vamos conviver dois anos com o Roberto Campos. Como vamos harmonizar? Na técnica. É preciso mostrar tecnicamente que há uma política fiscal consistente para que a política econômica tenha o mesmo objetivo. É possível, já fizemos no passado. Roberto Campos demonstrou, nas primeiras conversas conosco, uma abertura de diálogo maduro, e é do que nós precisamos. Por isso as sinalizações iniciais são tão importantes. Porque a partir dos nossos sinais é que as variáveis vão começar a se ajustar. Nós estamos há dez anos crescendo 0,5% ao ano a renda per capita, temos que buscar um caminho diferente. Temos razões técnicas para buscar essa parceria.

André Lara Resende escreveu um artigo dizendo que os juros estão altos demais no Brasil, chamou de "excescência". Concorda?

Eu faria mal se, como ministro da Fazenda, fizesse avaliação da política do Banco Central. O que está acontecendo é uma construção institucional inédita. O cenário em que eu emita juízo sobre o trabalho do Roberto e ele sobre mim pela imprensa vai provocar exatamente aquilo que quero evitar. Vou levar à consideração do Banco Central o nosso plano, que tem como premissa essas variáveis que eu estou te dizendo. Devo fechar metas já para o ano que vem.

Metas de quê?

De tudo. O Orçamento aprovado expõe lá um déficit de R\$ 220 bilhões. Isso não vai acontecer. Ponto final.

Você está dizendo que o déficit será menor?

Estou dizendo que não vai acontecer esse déficit. Porque não é a maneira que eu trabalho. Eu sei da importância de sinalizar a robustez do Estado brasileiro. Eu te asseguro que o que está no Orçamento, do ponto de vista de receitas e despesas, não vai acontecer. Mas vou esperar minha equipe estar empoadada e me apresentar um programa, que já encomendei, para anunciar nossos objetivos de curto prazo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11